(escalão 1, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 512/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Costa Pinto, técnico profissional especialista do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 360), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 513/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Natércia Augusta Ruas Santos, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 514/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

António Manuel Costa Roçado, técnico profissional principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional especialista, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 316), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 515/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Paulo Jorge Ribeiro Matos, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Viseu do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 3, índice 238), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 516/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Zita Maria Mendes Santos, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 517/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Ana Lúcia Primitivo Pinheiro Mestre (2.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 295), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 518/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Sónia Maria Freitas Jesus (1.ª), técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional principal, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 4, índice 274), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 519/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Joaquina Maria Mirrado Caixeiro Ribeiro (2.º), técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

Despacho (extracto) n.º 26 520/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Altino José Pinheiro Barradas (1.º), técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do mesmo quadro (escalão 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 21 de Outubro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Galdes*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 1085/2005. — O n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, estipula que o aviso de abertura do concurso de ingresso no Centro de Estudos Judiciários, com indicação dos lugares a preencher, seja publicado durante o mês de Outubro.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se que são descongelados, com carácter excepcional, 100 lugares de auditores de justiça, sendo 45 para a magistratura judicial e 55 para a magistratura do Ministério Público, para frequência do XXV Curso Normal de Formação de Magistrados, a ter lugar no ano de actividades de 2006-2007 do Centro de Estudos Judiciários.

7 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Despacho conjunto n.º 1086/2005. — A formação médica especializada, após a licenciatura, é condição indispensável para o exercício tecnicamente diferenciado na respectiva área profissional de especialização e requisito específico para o ingresso em carreira, visando também a cobertura das necessidades da população nas diversas áreas profissionais.

Este processo formativo, previsto no Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, sob a forma de internato médico, é composto por um período de formação inicial com a duração de um ano e por um período subsequente de formação específica com duração variável, conforme a área profissional em causa, sendo a formação médica da responsabilidade do Ministério da Saúde. Este processo é precedido de concurso e realiza-se nos estabelecimentos e serviços prestadores de cuidados de saúde reconhecidos como idóneos para o efeito e de acordo com a sua capacidade formativa.

De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, os internos do internato médico são colocados mediante contrato administrativo de provimento ou, caso sejam funcionários públicos, por nomeação em regime de comissão de serviço extraordinária.